



**Silva Junior JR. Produtivismo acadêmico: o avesso da responsabilidade social. In: Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem, 17, 2013 jun 3-5. Anais. Natal: Associação Brasileira de Enfermagem – Seção Rio Grande do Norte, 2013 [disponível online]**

Há hoje traços explícitos que mostram que no Brasil há uma política de Estado, mais do que de governo com o objetivo de colocar a universidade pública brasileira a serviço das políticas econômicas setoriais.

Para podermos inferir para onde tudo isso deve levar, é preciso considerar o que tudo isso já produziu na universidade pública. Este itinerário de resposta exige pensar as mudanças estruturais que se vem desenvolvendo no país há mais de duas décadas. Vejamos.

Neste período, o sistema capitalista mundial foi marcado por uma série de mudanças nas esferas comercial, produtiva, tecnológica e financeira que culminou na mundialização do capital, levando à expansão do processo de internacionalização da produção, desregulamentação do sistema financeiro mundial, aumento do fluxo internacional de capitais, maior integração dos sistemas financeiros mundiais e elevação da concorrência nos mercados produtivos e financeiros. Esta mudança exigiu reformas institucionais na República Federativa do Brasil.

A matriz teórica, política e ideológica desse movimento estruturou-se no processo de reforma do aparelho de Estado iniciado em 1995 quando assume o poder o Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC).

A expansão da economia no âmbito global está associada à incorporação de avanços tecnológicos que demandam conhecimentos cada vez mais especializados que resultam em maior complexificação do processo produtivo, que, por sua vez, passa a exigir nova qualificação da força de trabalho e diminuição de seu custo, ao mesmo tempo em que se modificam o processo de acumulação, de valorização do capital, bem como a reprodução social e, especialmente a sociabilidade do trabalhador.

Aqui todo um processo de mudanças educacionais foi iniciado, mas, pelo que se pode ler na mídia, atualmente, os resultados não foram bons o suficiente para o que os últimos governos pretendiam. Essa nova configuração econômica marca o início de um novo regime econômico e político, e de uma ampla rede de intercâmbios de serviços (aí os educacionais) comerciais, produtivos e financeiros.

As políticas de liberalização da economia dos países emergentes, em especial o Brasil, resultaram na abertura de seus mercados ao investimento estrangeiro e, desta maneira, no aumento do fluxo de capital externo direto.

O aumento do fluxo de investimento estrangeiro direto (IED) nesse período foi resultado de um modelo de crescimento econômico, cada vez mais dependente da entrada de capitais, adotado por países como o Brasil em resposta às crises econômicas dos períodos anteriores. Esse modelo baseava-se na rápida abertura econômica que provocava, em alguns casos, a destruição ou a reestruturação do aparelho produtivo, como foi o caso do Brasil, bem como uma reforma das instituições republicanas, um novo pacto social e a mudança da sociabilidade do trabalhador. As



reformas carregaram em si essa racionalidade. Esta é a matriz que nos mostra o resultado deste processo de mais de vinte anos.

A abertura brusca da economia brasileira sem protecionismo algum e na mesma velocidade a liberalização dos mercados impôs a retirada do Estado brasileiro da esfera pública, ao mesmo tempo em que a natureza providencial da instituição maior da República esmaecia.

Destaca-se que o lugar deixado pelo Estado em razão de sua reforma foi prontamente ocupado pelo mercado mundializado, como se deu com a reforma da previdência. FHC iniciou essa reforma no setor privado, Lula continuou-a em 2003 e Dilma encerra-a no setor público em 2012. Essa reforma foi o momento em que o “Estado se retirou”, deixando espaço rapidamente ocupado pelos planos de previdência privada e, em seguida, incorporado aos fundos mutuais no âmbito mundial e na forma de capital financeiro. Os desígnios da predominância financeira calavam profundamente a estrutura da República brasileira.

O Estado também se retirou da universidade pública e abriu espaço para a entrada do capital nessa instituição. As Parcerias Público-Privadas (PPP), os Fundos Setoriais (FS), a Lei de Inovação Tecnológica (LIT), a “Lei do Bem” etc. são a objetivação do novo ordenamento jurídico que deu guarida à retirada do Estado de sua condição de garantidor da natureza pública da universidade. Aí reside, com contradições, mas de forma estrutural, o que se tem chamado de mercantilização da educação superior pública. A universidade assume nova função socioeconômica com severas consequências para o trabalho do professor pesquisador, da natureza da produção científica e sua utilização e para a carreira docente. O tempo que rege toda atividade desenvolvida pelo professor não é mais o tempo criador e acadêmico-científico, mas o tempo da economia sob a orientação da gestão monetária. Destaque-se aqui a perda da autonomia do professor pesquisador e a mudança perversa da concepção de produção de conhecimento. Ela não se orienta pela institucionalidade da universidade pública, mas pela racionalidade econômica: o processo de mercantilização. Isto explica a criação deste neologismo.

Quanto à exploração do trabalho, mais algumas palavras sobre o entendimento do Brasil hoje. Alguns economistas denominam a atual etapa de acumulação do capitalismo de “regime de acumulação com dominância de valorização financeira”. O que caracteriza esse novo regime de acumulação é o fato de ele ser rentista, ou seja, apropriar-se da renda gerada no setor produtivo para obter, no curto prazo, a máxima rentabilidade e maior liquidez possível, revelando-se, desta maneira, avesso ao risco e reprodutor da especulação, enquanto redireciona os investimentos para o mercado financeiro. Essa nova racionalidade de reprodução do capital levou às mudanças de paradigmas tecnológicos, à flexibilização das relações de trabalho, à reestruturação produtiva e à difusão das tecnologias de informação e comunicação. Para o que a educação e a pesquisa nas universidades públicas são fundamentais.

É possível compreender-se o domínio do capital financeiro considerando-se os desdobramentos do capital apresentados ao longo do desenvolvimento do capitalismo. Esta capacidade do capital de se apresentar sob a forma desdobrada é uma condição para o desenvolvimento das sociedades por ações e o progresso da Bolsa de Valores. Daí a mudança para um novo paradigma de acumulação. O valor



desse títulos ou ações é determinado com base nos fluxos de rendimentos (dividendos) futuros esperados, assim como ocorre com os títulos da dívida emitidos pelo Estado, sendo, estes últimos, meros reconhecimentos de dívidas a serem pagas. Estes ativos financeiros (ações, títulos) são o capital que Marx denominou de “fictício”, pois este é constituído por antecipações de rendimentos (dividendos, juros) que constroem, desta maneira, a acumulação do capital industrial. Não é difícil entender agora como o capital financeiro para enfatizar sua função rentista sobrepõe-se sobre o capital produtivo, sobre o trabalho em geral e altera o papel socioeconômico da universidade pública, tornando o trabalho do professor e sua produção induzida por editais e coagido por avaliações a ser orientado pelas relações econômicas sob o predomínio financeiro. Este é o contexto em que se deve discutir a questão do produtivismo acadêmico.

Por outro lado, esta poderia ser uma boa hipótese para se compreender a razão do apoio político conseguido por FHC dos representantes do capital financeiro, enquanto Lula e Dilma ampliam esta base, tendo os industriais e uma grande massa social informe que se torna incluída socialmente por meio do consumo, agente político e eleitor do PT. Este último fato é relevante, pois obriga Lula a implantar uma política industrial, de comércio e exportação, outro fato que exigiria a mudança do papel da universidade pública. Por isso pode-se afirmar que existe uma relação direta com a acentuada exploração do trabalho do professor, uma alienação em relação ao seu trabalho e em relação a si mesmo e as mudanças do capitalismo brasileiro nestas duas últimas décadas. Situação que o leva a agudo sofrimento e ao adoecimento.

Isso se reflete na carreira docente, em especial nas instituições públicas. Com base no que expusemos acima e, especialmente no que se refere à retirada do Estado da esfera pública como imposição em última instância do modelo econômico adotado por FHC para resolver a crise que foi herdada dos governos civis-militares, pode-se afirmar que a carreira docente é o principal instrumento jurídico e administrativo para a consolidação das consequências que indicamos acima. Por isso, embora, tenha havido avanços político-culturais na última greve dos professores das universidades federais, seu desfecho constituía para mim uma “crônica anunciada”. Em conjuntura histórica bem menos consolidada do atual projeto “Brasil – venda à pronta entrega”, FHC acabou com o sindicato dos petroleiros e dos bancários na década de 1990.

A carreira docente tem várias dimensões e tocamos em algumas delas. A dimensão prescrita consiste em progressões de natureza meritória num grande percurso vertical e níveis horizontais, de modo que a massa salarial é aí regulada, enquanto editais do CNPq, Capes, FINEP e a avaliação da pós-graduação é o que, de fato, conformam as condições objetivas impostas de fora da universidade pública e organiza a carreira efetiva do professor e o seu trabalho. Nesta carreira objetiva e concreta, o trabalho do professor é intensificado e comprimido no âmbito espaço-temporal. Ele precisa atender a demanda de docência na graduação e para ter acesso a financiamento de pesquisa terá que ser credenciado nos programas de pós-graduação, com as incumbências de orientação, publicação determinada em revistas indexadas e número expressivo delas, pesquisar, correr atrás da bolsa de produtividade, fazer palestras, conferências, seminários, especialmente internacionais e tentar viver com a família, ter um tempo para si, por exemplo, os finais de semanas, em geral passados com trabalhos; esta parece ser a carreira objetiva e concreta do professor. No âmbito



da precarização das relações de trabalho, penso que o exemplo mais adequado é o da previdência. Agora a previdência do professor pesquisador é exatamente igual à do setor privado, com a diferença de que ele não dispõe do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O que lhe resta? Compulsoriamente pagar um fundo previdenciário do Estado para conseguir a integralidade da aposentadoria quando estiver no final da vida. Para o Estado, é mais uma excelente arma administrativa para a gestão monetária exigida pelo modelo de crescimento econômico escolhido durante os mandatos presidenciais para a aderência ao regime de predominância financeira.

Há outro aspecto a ser destacado: o que professor pesquisa? Pesquisa o que lhe é financiado e a política de editais induz a pesquisa feita na universidade pública. A consequência imediata disso consiste em que, na maioria dos casos, os prazos e o dinheiro são comprimidos e o professor investiga sem autonomia, razão pela qual acaba por não se identificar com o que faz, com o resultado do que faz e, por isso, não se identifica com ele mesmo no que faz e que lhe rouba a própria vida privada. Sua alma está cindida. Isto explicaria o atual nível de conflitos que se pode observar nas universidades, muito sofrimento e adoecimento e um acentuado uso de medicamentos controlados ou mesmo o uso do álcool. É sobre isto que precisamos discutir aqui neste evento.

## Referência

Silva Júnior J.R. João dos Reis Silva Júnior em entrevista à ADUSP. Disponível em <http://www.joadosreis.pro.br/?p=913> [acesso em 25junho2013]

João dos Reis Silva Junior. *Engenheiro. Mestre em Administração e doutor em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de São Carlos e Senior Research Fellow na Mercer University (GA-US).*